

MAGNO GOMES DE OLIVEIRA

PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA



Copyright © 2021 by Magno Gomes de Oliveira

Editora executiva
Ana Cristina Miranda

Capa
Bruno Mota Pinheiro

Projeto gráfico / Editoração e Diagramação
Bruno Mota Pinheiro

Catálogo
Mayara Sousa dos Santos

Revisão
Mayara Sousa dos Santos

Impressão
Tecnograf

1224903

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

048p Oliveira, Magno Gomes de.

Prisão e liberdade provisória / Magno Gomes de Oliveira. – Fortaleza: Editora Littere, 2021.

472 p.

ISBN: 978-65-88819-10-4.

1. Processo penal. 2. Prisão. 3. Liberdade provisória. Título.

CDD 345

Elaborado por Mayara Sousa dos Santos - CRB 001466/O



Littere
Rua Capitão Hugo Bezerra, 357 - Barroso - CEP: 60862-840 -
Fortaleza - Ceará
www.editoralittere.com.br

SUMÁRIO

I. O DIREITO PUNITIVO ESTATAL.....	27
I.1 Considerações introdutórias.....	28
I.2 <i>Jus puniendi</i>, <i>jus libertatis</i> e lide penal.....	31
I.3 Origens históricas da prisão no direito e no processo penal.....	34
I.3.1 O processo penal helênico.....	50
I.3.2 O processo penal romano.....	53
I.3.3 O processo penal germânico.....	57
I.3.4 O processo penal canônico.....	59
I.3.5 Influências do sistema inquisitivo nas legislações laicas.....	62
I.3.6 Inovações processuais derivadas da Revolução Francesa.....	66
I.3.7 O processo penal lusitano.....	69
I.3.8 O processo penal nas ordenações.....	75
I.3.9 O processo penal brasileiro e suas fases.....	81
I.3.9.1 Período colonial.....	81
I.3.9.2 Constituição Imperial de 1824.....	85
I.3.9.3 Código Criminal do Império de 1830.....	86
I.3.9.4 Código Penal de 1890.....	89
I.3.9.5 Código Penal de 1940.....	92
I.3.9.6 Código de Processo Penal de 1941.....	92
I.3.9.7 Constituição Federal de 1988.....	94
II. A PRISÃO CAUTELAR.....	99
2.1 Direito fundamental de primeira geração.....	100
2.2 Direitos individuais, coletivos e públicos.....	106
2.3 Direito à liberdade.....	119
2.3.1 Antecedentes históricos.....	120
2.3.2 Liberdade e democracia.....	130
2.3.3 Liberdade da pessoa física.....	133
2.3.4 Restrições às liberdades individuais.....	135
2.4 Prisões provisórias.....	136

2.4.1 Disposições gerais.....	137
2.4.2 Fundamentos políticos e jurídicos.....	138
2.4.3 Reflexões sobre os limites constitucionais da prisão.....	140
2.4.4 Princípios relativos à prisão.....	150
2.4.5 Espécies de prisão processual cautelar.....	152
2.4.5.1 Prisão em flagrante.....	152
2.4.5.2 Prisão preventiva, antes e depois do pacote anticrime.....	168
2.4.5.3 Prisão temporária.....	183
2.4.5.4 Prisão administrativa.....	187
2.4.5.5 Prisão por pronúncia.....	188
2.4.5.6 Prisão por sentença condenatória recorrível.....	191
2.4.5.7 Prisão domiciliar.....	207
2.5 Controle de legalidade da prisão.....	214
2.6 Instrumentos de tutela da liberdade.....	215
2.6.1 Habeas corpus.....	216
2.6.2 Relaxamento de prisão em flagrante.....	217
2.6.3 Revogação de custódia preventiva.....	221
2.6.4 Revogação ou exaurimento da prisão temporária.....	223
2.6.5 Pedido de liberdade provisória.....	225
2.6.5.1 Anterior à audiência de custódia.....	226
2.6.5.2 Durante a audiência de custódia.....	228
III.A LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA.....	233
3.1 Considerações iniciais.....	235
3.2 Modalidades de um mesmo instituto.....	242
3.2.1 Liberdade provisória com fiança.....	243
3.2.2 Liberdade provisória sem fiança.....	245
3.3 Condições objetivas para admissibilidade do instituto.....	249
3.4 Condições subjetivas para fruição do favor legal.....	252
3.5 Garantia real ou fidejussória.....	265
3.6 Fiança como garantia real.....	268
3.6.1 Modalidades.....	269
3.6.2 Arbitramento.....	271
3.6.3 Reforço.....	274
3.6.4 Dispensa.....	275

3.6.5 Obrigações.....	277
3.6.6 Concessão.....	279
3.6.7 Cassação.....	281
3.6.8 Quebramento.....	283
3.6.9 Perda.....	285
3.7 Restrições à liberdade individual como garantia fidejussória.....	287
3.8 Excludentes de ilicitude e liberdade provisória sem vinculação.....	289
3.8.1 Estado de necessidade.....	290
3.8.2 Legítima defesa.....	293
3.8.3 Estrito cumprimento de dever legal.....	295
3.8.4 Exercício regular de direito.....	297
3.9 O instituto da prisão preventiva e o advento da Lei nº 6.416/77.....	299
3.10 Reflexões sobre a deturpação histórica da liberdade provisória.....	300
3.10.1 Equivalência constitucional entre a prisão em flagrante e a prisão judicial.....	301
3.10.2 A prisão preventiva e suas hipóteses de incidência.....	303
3.10.3 Considerações sobre a Súmula nº 9 do STJ.....	307
3.10.4 Antagonismos entre o art. 310, § único do CPP e o art. 5º, LXVI da CF/88.....	312
3.10.5 Supremacia da norma constitucional.....	315
3.10.6 Aferição da constitucionalidade de dispositivo legal não recepcionado.....	318
3.10.7 Liberdade provisória e seus limites constitucionais.....	326
3.10.7.1 Nas imputações de tráfico de drogas e delitos afins.....	327
3.10.7.2 Nas imputações de tortura.....	337
3.10.7.3 Nas imputações de terrorismo.....	344
3.10.7.4 Nas imputações de genocídio.....	355
IV. OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO.....	365
4.1 Princípios gerais aplicáveis.....	369
4.2 Autonomia das medidas cautelares.....	375
4.3 Legitimidade para sua postulação.....	379
4.4 Cautelares do processo penal e contraditório.....	385

4.5 Fungibilidade das medidas cautelares.....	390
4.6 Revogação e substituição das cautelares.....	393
4.7 Princípio da proibição do excesso.....	398
4.8 Medidas cautelares em espécie.....	401
4.8.1 Comparecimento periódico em juízo.....	406
4.8.2 Proibição de acesso e frequência a locais específicos.....	408
4.8.3 Proibição de contato com pessoas determinadas.....	410
4.8.4 Proibição de ausência do distrito da culpa ou do país.....	412
4.8.5 Recolhimento domiciliar noturno.....	414
4.8.6 Suspensão do exercício de função pública ou atividade econômica.....	416
4.8.7 Internação provisória.....	419
4.8.8 Monitoração eletrônica.....	421
CONCLUSÕES.....	431
REFERÊNCIAS.....	439